

Conversão da dívida ^{externa} pode gerar investimento de US\$ 1 bilhão

Brasília — A conversão dos juros da dívida externa em investimento poderá ser superior a US\$ 1 bilhão, este ano, caso os credores internacionais concordem em fazer esta operação. A previsão é do diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que acredita que o interesse dos credores na capitalização dos juros dependerá das condições que o governo brasileiro apresentar.

Freitas explicou que existem várias alternativas para se fazer a conversão dos juros em investimento. Uma delas é se exigir dinheiro novo para se fazer a capitalização. Outra alternativa seria permitir a conversão de investimentos na Bolsa de Valores, ou estabelecer estímulos, como permitir a remessa de dividendos para o exterior do capital investido.

Para Freitas, a conversão de parte dos juros da dívida em investimento "é uma excelente alternativa para se reduzir a remessa de juros ao exterior", e por este motivo este deve ser um dos principais temas a ser debatido na reunião do comitê da dívida externa, esta semana.

De 1983 a 85 o Brasil chegou a converter até US\$ 2 bilhões em investimentos diretos. A partir da proibição da conversão da dívida em capital, através de uma operação de crédito — isto é, o banco credor vender para empresas estrangeiras os créditos junto ao governo brasileiro — houve

uma queda nos investimentos. Ele acredita que pode haver um reaquecimento destes investimentos, caso o governo suspenda esta proibição.

Apesar da demora em se fechar um acordo com os credores, Freitas acredita que "a situação está absolutamente tranquila", já que, segundo ele, na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), no início do mês, a tese do governo brasileiro de que o problema da dívida é um defeito do sistema financeiro internacional, foi bem aceita. "Não apenas o Banco Mundial (BIRD) mas também a maioria dos bancos credores concordaram com a tese de que é preciso pagar a dívida sem comprometer o crescimento econômico do país."

O grande problema agora, na opinião de Freitas, é como se passar desta concepção teórica à prática, e isto deve começar a se delinear durante a reunião do comitê da dívida externa, que fará uma avaliação geral sobre a negociação para eles, já passou a fase do governo brasileiro fazer acordos provisórios de pagamento da dívida prorrogar prazos. O que se busca é uma solução mais permanente para o problema.

— A solução para o problema da dívida não será rápida. É preciso se definir como serão distribuídos os ônus entre os credores e os devedores, já que, ficou claro, a responsabilidade da busca de soluções não é só do devedor — afirmou.